



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 200.312-9  
Comarca: Jaboatão dos Guararapes  
Vara: 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri  
Impetrante: Jurandir Gomes Pilar  
Paciente: João Carlos da Silva Rodrigues  
Procurador: Mário Germano Palha Ramos  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

126

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA PARTICIPAÇÃO NO DELITO. ANTECIPAÇÃO DE DISCUSSÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA MOTIVOS PARA DECRETAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS DEMONSTRADA. NECESSIDADE DA MEDIDA. DENEGADO.

1. A alegação de ausência de elementos que demonstrem a participação delitiva do Paciente desborda a estreita via do habeas corpus, por demandar o revolvimento probatório e exigir que se debruce o julgador em detida análise da prova contida nos autos da ação penal para aferir a pertinência do alegado. Writ não conhecido nesse particular.
2. Incumbe ao impetrante comprovar o que alega na inicial, por meio de prova inequívoca, pena de não ter o pleito conhecido, por falta de peça essencial à compreensão da controvérsia.
3. O decreto prisional se mostra devidamente fundamentado, demonstrando a pertinência e necessidade da medida, calcada na necessidade de garantia da aplicação da lei penal, visto que o Paciente restou foragido por mais de **03 anos**, tentando imiscuir-se da ação da justiça.
4. Condições pessoais favoráveis são irrelevantes, de per si, para desconstituir prisão cautelar. Precedentes do STF e STJ.
5. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente da ordem e na parte conhecida, denegá-la, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 200.312-9  
Comarca: Jaboatão dos Guararapes  
Vara: 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri  
Impetrante: Jurandir Gomes Pilar  
Paciente: João Carlos da Silva Rodrigues  
Procurador: Mário Germano Palha Ramos  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

127

**RELATÓRIO**

Impetrou-se o presente Habeas Corpus em favor de **JOÃO CARLOS DA SILVA RODRIGUES**, denunciado como incurso nas penas do art. 121, §2º, II e IV (quatro vezes) c/c art. 29, do CP, nos autos do Proc. nº 222.2008.009189-8, em curso perante Juízo da 1ª Vara Privativa do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, ora indigitada autoridade coatora.

A impetração pretende desconstituir a custódia cautelar sob a alegação de que: não teve nenhuma participação no delito; e que não há motivos para a prisão preventiva, por preencher os requisitos para concessão da liberdade provisória.

Liminar indeferida (fls. 07/08) pelo Des. Plantonista Cláudio Jean Nogueira Virginio e informações requisitadas.

Reiterado o pedido de informações à fl. 23, as mesmas foram prestadas por ofício de fls. 26/27, instruído com os documento de fls. 28/31, no qual presta detalhado informe processual, noticiando que se encontram suspensos o processo e o prazo prescricional em relação ao Paciente e dois corréus.

A Procuradoria de Justiça, através do Dr. Mário Germano de Palha Ramos, emitiu parecer de fls. 36/43, opinando pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

**VOTO:**

A inicial, antecipando a discussão fático-probatória, alega não existir nenhum elemento nos autos que comprove a participação do



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



128

Paciente no delito, salientando, ainda, que era amigo das vítimas, não tendo sido vitimado por ter fugido do local.

Cuido, prefacialmente, que tal fundamento desborda a estreita via do habeas corpus, por demandar o revolvimento probatório e exigir que se debruce o julgador em detida análise da prova contida nos autos da ação penal para aferir a pertinência do alegado.

A via mandamental, contudo, exigente de demonstração inequívoca das ilegalidades aventadas, mediante prova pré-constituída, não admite a dilação probatória imprescindível ao exame de alegações que, na verdade, dizem respeito ao mérito da ação penal em curso.

O cotejo de provas se dará ao fim da instrução criminal, sob o pálio do contraditório e da ampla defesa, nesse sentido tem se firmado o STJ:

**"O habeas corpus constitui-se em meio impróprio para a análise de questões que exijam o reexame do conjunto fático-probatório como a alegação de ocorrência de flagrante preparado, tendo em vista a incabível dilação que se faria necessária."** (STJ – HC 59666/TO – Rel. Min. Gilson Dipp)

A discussão sobre as circunstâncias do crime deve ser instaurada perante o juiz processante, ao quem cumpre o mister de apreciar os fatos e sobre eles decidir.

Acolher os argumentos estampados na inicial importaria, na prática, verdadeira sentença absolutória em prol do Paciente, suprimindo do Tribunal do Júri a competência soberana de julgar os crimes contra a vida.

Portanto, nesse particular, **não conheço da impetração.**

Passo então a analisar as alegações de desnecessidade da decretação da prisão preventiva.

O Paciente alega, sem qualquer comprovação, que detém trabalho e residência certa, além de argüir arbitrariedade do decreto prisional.

A falta de instrução da inicial – que veio desprovida de prova documental – inviabiliza uma esmerada aferição da pertinência do alegado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



129

Incumbe ao impetrante comprovar o que alega na inicial, por meio de prova inequívoca, pena de não ter o pleito conhecido, por falta de peça essencial à compreensão da controvérsia. Nesse sentido:

**O rito da ação constitucional do habeas corpus demanda prova pré-constituída, apta a comprovar a ilegalidade aduzida, descabendo conhecer de impetração mal instruída, onde não tenha sido juntada peça essencial para o deslinde da controvérsia, inviabilizando a adequada análise do pedido.** (STJ – HC 49090/SP – Rel. Min. Laurita Vaz)

De outra sorte, dos informes prestados pelo juiz a quo e das informações obtidas no sistema Judwin extrai-se que, em verdade, foi recebida em **15.08.2006** a denúncia ofertada em face do Paciente, sendo nesta ocasião decretada a sua prisão preventiva, por delito ocorrido em **02.04.2006**.

Não sendo localizado para citação, tampouco para cumprimento do mandado prisional, foi decretada a suspensão do processo e o prazo prescricional em relação ao Paciente.

Foragido do distrito da culpa, somente em **08.07.2009** foi capturado o Paciente, prisão esta, ao que se entende, ainda não cientificada ao Juízo processante.

Não consta, contudo, dos autos cópia do édito prisional, salientando-se que era da impetrante o dever de demonstrar à Corte, mediante prova pré-constituída, a pertinência e veracidade dos fatos alegados, pena de não ter o pleito conhecido, ante a deficiente instrução do mandamus. Mas não o fez.

O que se tem de concreto nos presentes autos é que a instrução criminal restou retardada por deficiência da defesa, visto que, perpetrado o delito em 02.04.2006, somente em 08.07.2009 foi capturado o acusado, que se encontrava foragido do distrito da culpa.

Neste sentido, tem-se que o édito prisional é medida necessária à garantia da aplicação da lei penal, nos termos do art. 312, do CPP, visto que o Paciente restou foragido por mais de **03 anos**, tentando imiscuir-se da ação da justiça.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



130

Da mesma sorte, no que pertine ao trabalho e residência certa, assente o entendimento jurisprudencial de que tais atributos pessoais, de per si, são insuficientes para ilidir a custódia preventiva, quando presentes os motivos e pressupostos ensejadores da medida.

Verificada a necessidade e pertinência da prisão, inadmissível a revogação de custódia que atende aos requisitos legais, mormente que não foram trazidos pelo Paciente elementos idôneos para desconstituí-la.

Ante o exposto, por não vislumbrar constrangimento ilegal a ensejar o alcance da tutela pretendida, voto pela denegação da ordem, com recomendação ao Juízo da Vara do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes para que dê prosseguimento ao feito em relação ao Paciente.

É como voto.

Recife, 24 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos  
Relator